

21 AGO 1989

6 Com. Brasil

Só com modernização podemos recuperar a "década perdida"

Luiz Carlos Mandelli

No período 1981/88, o PIB da região Sul teve um desempenho um pouco acima do produtivo nacional, crescendo a uma taxa anual média de 2,81%, superior à taxa correspondente de 2,39% para o Brasil, como um todo.

Em termos "per capita", entretanto, o desempenho, tanto da região Sul quanto do País, foi menor. O indicador "per capita" revela claramente que os anos 80 foram muito desfavoráveis à economia brasileira, no que tem sido chamado de "Uma década perdida".

Esta tendência à estagnação precisa rapidamente ser revertida, sob pena de trilharmos o mesmo caminho que infelizmente seguiu a Argentina.

O crescimento econômico estável e a melhoria dos padrões de bem-estar da população são sempre expressos pelo crescimento da renda ou da produção "per capita".

A elevação da produtividade não acontece por acaso, mas é, por sua vez, consequência, seja do crescimento do estoque de capital físico seja através das mudanças tecnológicas abrangentes.

Em verdade, a poupança interna global de uma economia tem essa finalidade: financiamos a formação de capital fixo através de novos investimentos em planta e equipamentos, ou investimos em tecnologia e qualificação de mão-de-obra, em todos os níveis, envolvendo esta última todo o processo de educação formal e de pesquisa. Os dois tipos de investimento são complementares.

Nesse sentido, o processo de modernização da estrutura produtiva, sem alternativa possível, está condicionado à disponibilidade de poupança.

Assim, podemos propor duas indagações sobre o quadro existente na economia brasileira e que dizem respeito diretamente ao problema da modernização:

1 — Há no País um volume suficiente de poupança para financiar a formação de capital fixo, isto é, para a criação direta de novos empregos ("capital working") — além dos investimentos propriamente em tecnologia ("capital deepening")?

2 — Há, presentemente, em nosso país, um quadro institucional ao nível das normas e regulamentações econômicas, que favoreça a modernização industrial, sabendo-se que esta não pode ser dissociada do processo das decisões de investimento, especialmente no setor privado?

Evidentemente, a nosso ver, as duas questões estão inter-relacionadas. No que se relaciona à primeira questão, acreditamos que a poupança interna é insuficiente para atender às nossas necessidades de um país em desenvolvimento. Não há na economia nacional um volume de cerca de US\$ 80 bilhões na forma de poupança financeira. Este montante de recursos está, no entanto, preso na armadilha do curto prazo, financiando a dívida pública interna.

De outra parte, a economia brasileira enfrenta uma significativa transferência de recursos para o exterior. Essa transferência, da ordem de US\$ 10 bilhões anuais, é 25% maior do que o volume de investimentos necessários que deveria ser feito anualmente somente no setor elétrico nacional.

Em adição a isso, precisamos investir na geração de cerca de 1,3 milhão de novos empregos para os jovens que ingressam no mercado de trabalho a cada ano.

Nessas circunstâncias, não há poupança interna em volume suficiente para modernizar nosso parque industrial. Precisamos do concurso da poupança externa a fim de diminuir o hiato tecnológico que nos separa dos países industriais desenvolvidos.

Com relação à segunda questão, temos a convicção de que precisamos adotar um novo estilo de

desenvolvimento, em substituição ao modelo de forte intervenção do Estado na economia, como vem sendo feito desde a década de 50.

Precisamos, portanto, adotar uma nova estratégia de crescimento, baseada na abertura de nossa economia para o exterior e na diminuição da presença do Estado no âmbito interno, exceto nas áreas próprias da atividade estatal e que não são muitas. Parece claro que a modernização de nossa estrutura produtiva depende de um conjunto de ações consistentes na remoção desses consideráveis obstáculos a que nos referimos: déficit público interno e a tendência de o País fechar-se sobre si mesmo.

Um outro aspecto que gostaríamos de abordar diz respeito à dicotomia que as vezes é estabelecida entre os chamados setores dinâmicos e setores tradicionais. Há, em geral, uma tendência a associar-se o processo de modernização tecnológica aos setores de tecnologia de ponta, como informática e biotecnologia, por exemplo.

Os setores situados na fronteira tecnológica de uma sociedade não podem se desenvolver como ilhas isoladas ou enclaves no sistema econômico, até mesmo porque eles são estritamente fornecedores de insumos importantes para o restante da atividade produtiva.

Por esta razão, entendemos que o processo de modernização deve estender-se também aos chamados setores ditos tradicionais.

Esse processo de modernização evidentemente tem um custo a ser coberto pelo conjunto da sociedade.

Assim, um dos maiores entraves à modernização, juntamente com a escassez de poupanças, situa-se justamente no custo elevado de novos bens de capital e de novas tecnologias, em razão da existência de reservas de mercado permanentes ou de outras formas de arranjos cartoriais. Tais esquemas, que poderíamos chamar eufemisticamente de imperfeições de mercado, tendem, na verdade, a dificultar um processo de modernização generalizada da estrutura produtiva.

Os planos de política industrial que foram concedidos até 1985 tinham como traço fundamental as reservas de mercado, preferencialmente destinadas ao setor estatal e à eleição de áreas ou empresas prioritárias, definidas em geral pelo próprio governo.

Felizmente, a nova política industrial, que está sendo hoje implementada pelo CDI e que seguiu as linhas básicas de um estudo da CNI, parte de uma filosofia radicalmente diferente: não há mais empresas privilegiadas, mas sim programas setoriais a serem implementados, beneficiando todas as empresas dos setores, sem distinção; são os chamados programas setoriais integrados. Esperamos que o novo governo a ser empossado em março de 1990 mantenha esta linha de política industrial.

O último tópico que gostaríamos de abordar diz respeito à retomada de investimentos e ao processo de reestruturação industrial, que são indispensáveis para romper a estagnação atual. Isto só é possível se colocarmos um ponto final no atual estado de indefinição de rumos e de incertezas.

O financiamento de longo prazo somente surgirá quando for debelado o atual processo inflacionário e, por conseguinte, a sua fonte alimentadora, que é o déficit global do setor público. No atual patamar inflacionário, a indexação viabiliza apenas o financiamento de curto prazo. E cada medida fracassada, de parte das autoridades econômicas para eliminar a indexação, mais agrava o estado de incerteza e torna mais longínqua a formação de um mercado de créditos de longo prazo.

Luiz Carlos Mandelli é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.